

PROCESSO	- A.I. Nº 180462.0003/01-3
RECORRENTE	- DISTRIBUIDORA BAIANA DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 2074-02/01
ORIGEM	- INFAZ IGUATEMI
INTERNET	- 26.02.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0060-12/02

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. **a)** ENTRADAS DE MERCADORIAS, EM ESTOQUE, SEM REGISTROS FISCAIS. Atribui-se ao detentor a condição de responsável solidário pelo pagamento do imposto. **b)** ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. Tal diferença indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. **c)** FALTA DE ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA DE MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. Infração comprovada. Ausência de elementos nas razões do Recurso capaz de alterar a Decisão Recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário apresentado pelo sujeito passivo, na forma prevista no art. 169, I, "b" do RPAF/99, através de seu representante legal, por não se conformar com a decisão exarada na 2ª Junta de Julgamento Fiscal, que através do Acórdão nº 2074-02/01, julgou Procedente o Auto de Infração objeto da presente lide.

A exigência fiscal constante da peça vestibular aponta o débito fiscal no montante de R\$16.646,04, apurado através de Levantamento Quantitativo de Estoque, exercício em aberto, relativo ao período de 01/01/2001 a 15/06/2001, conforme demonstrativos às fls. 8 a 242 dos autos, em razão das seguintes irregularidades:

1. existência de mercadorias em estoque desacompanhada de documentação fiscal, atribuindo-se ao detentor a condição de responsável solidário pelo pagamento do imposto, no valor de R\$ 5,36;
2. falta de recolhimento do imposto, no valor de R\$152,48, por presunção de omissão de operações de saídas de mercadorias tributáveis, anteriormente efetuadas, sem emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, caracterizando a existência de saídas não contabilizadas empregadas no pagamento das citadas entradas;
3. falta de recolhimento do imposto devido pelo contribuinte de direito, no valor de R\$13.740,17, na condição de responsável solidário, sujeitas ao Regime de Substituição Tributária, desacompanhadas de documentação fiscal;

4. falta de antecipação tributária, no valor de R\$2.748,03, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, por ter adquirido mercadorias de terceiros, sujeitas ao Regime de Substituição Tributária, desacompanhadas de documentação fiscal.

O julgamento proferido na 1ª Instância, considerou Procedente a ação fiscal, em decisão unânime, tendo o relator afastado os argumentos do recorrente e considerado que os documentos de arrecadação estadual (DAEs), não podiam ser levados em conta, porque se referem às operações escrituradas, enquanto a autuação reporta-se à constatação de aquisições de mercadorias sem a documentação fiscal, apurado no Levantamento Quantitativo de Estoques.

Observou que o recorrente não fez acompanhar as suas alegações de levantamentos, documentos ou demonstrativos conforme dispõe o art. 123 do RPAF/99, concluindo pela manutenção da ação fiscal.

Os argumentos do sujeito passivo nas razões do Recurso, aduzidas através dos seus representante legal, em síntese foram as seguintes:

- a) que a operação por ele efetuada estaria demonstrada e não era justificável o levantamento fiscal porque escritura todas as suas operações, em conformidade com a lei e o Regime de Substituição Tributária;
- b) diz que não há motivo para deixar de recolher o imposto o mesmo já teria sido feito pelo substituto tributário por força do regime especial, referindo-se a empresa fornecedora e diz ainda que o autuante pode constatar que só opera praticamente sem estoque, em razão das aquisições ou entradas serem entregues para revendedores autônomos;
- c) diz que ocorreu "descompasso entre a escrita fiscal fundada nas notas fiscais e os recolhimentos efetivos", e o que foi transcrito por meio eletrônico, considerando ter havido erro, que induziu o autuante a indicar falta de recolhimento do ICMS, por presunção, apurado mediante diferença no levantamento de estoque;
- d) Argui a possibilidade de verificação pelo Fisco de que o recorrente opera no sistema onde tudo o que se adquire já está vendido, não existindo saldo em estoque;
- e) Alega que ao registrar saídas a maior do que entradas demonstra que se reconstituir seus dados com base nas notas fiscais, poderia elidir o levantamento fiscal.

Conclui, requerendo prazo para apresentar a reconstituição da escrita por meio eletrônico, ou que seja reduzida para penalidade formal ou que se julgue improcedente a ação fiscal.

A PROFAZ no Parecer exarado à fl. 322, considerou que as alegações do recorrente que não estavam acompanhadas das provas, e invocando o art. 143 do RPAF/99, conclui que a infração estava caracterizada nos autos. Opinou pelo Não Provimento do Recurso.

VOTO

Constato que se trata de Levantamento Quantitativo de Estoques, em que se apurou diferenças na contagem das mercadorias, tendo o autuante acostado aos autos, os levantamentos quantitativos das entradas e das saídas, além da declaração de estoque, e outros elementos às fls. 08 a 241 que respaldam o procedimento fiscal utilizado.

Por outro lado, o recorrente, não obstante, tenha efetuado uma listagem com o número de notas fiscais que entende deveriam ser consideradas no levantamento, sob a alegação de que as entradas que justificaram estas saídas teria ocorrido no mês anterior, tais alegações foram rejeitadas na Decisão Recorrida, pois não justificam a omissão apontada no período autuado, às fls. 40 a 41 do autos.

Considero quanto ao argumento apresentado no Recurso de que a empresa DART DO BRASIL, inscrita no Regime de Substituição Tributária, teria recolhido o imposto, em face de ter anexado na defesa diversos DAEs (fls. 263 a 265) que a Decisão Recorrida acertadamente, considerou, que os mesmos não elidem a ação fiscal. Acrescenta ainda que as alegações aduzidas no Recurso são as mesmas já apreciadas na decisão hostilizada.

Quanto ao pedido para reconstituição da sua escrita com base nas notas fiscais, objetivando comprovar que o imposto já teria sido recolhido, deve ser indeferido, posto que contraria o princípio da concentração da defesa, inserto no art. 123 parágrafo 1º do RPAF/99.

Nestas condições, tendo a autuação observado o que dispõe a Portaria nº 445/98 que orienta sobre o Levantamento Quantitativo de Estoques (art. 10 inciso I).

Por todo o exposto, corroborando com o opinativo da PROFAZ, considero que o recorrente não apresentou elementos no Recurso Voluntário ora em análise, capazes de modificar a decisão guerreada, razão porque NEGOU PROVIMENTO ao Recurso.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 180462.0003/01-3**, lavrado contra **DISTRIBUIDORA BAIANA DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$16.646,04**, acrescido das multas de 60% sobre R\$2.748,03 e 70% sobre R\$13.898,01, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d”, e III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de fevereiro de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS - RELATORA

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. DA PROFAZ